

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 17/10/2025 | Edição: 199 | Seção: 1 | Página: 116  
Órgão: Ministério da Previdência Social/Gabinete do Ministro

## PORTARIA CONJUNTA MPS/INSS Nº 72, DE 16 DE OUTUBRO DE 2025

Altera o § 1º e revoga o § 1-A, ambos do art. 4º da Portaria Conjunta MPS/INSS nº 38, de 20 de julho de 2023, que disciplina as condições de dispensa da emissão de parecer conclusivo da Perícia Médica Federal quanto à incapacidade laboral e a concessão do benefício por meio de análise documental pelo Instituto Nacional do Seguro Social, de que trata o § 14 do art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL e o PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e o Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023; e o Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022, bem como tendo em vista o disposto no art. 60, § 14, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, resolvem:

Art. 1º A Portaria Conjunta MPS/INSS nº 38, de 20 de julho de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....  
.....

§ 1º Os beneficiários que tiverem auxílios por incapacidade temporária concedidos por esta Portaria, ainda que de forma não consecutiva, não poderão ter a soma de duração dos benefícios superior a 60 (sessenta) dias.

.....  
....." (NR)

Art. 2º Fica revogado o art. 4º, §1-A, da Portaria Conjunta MPS/INSS nº 38, de 20 de julho de 2023.

Art. 3º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

**WOLNEY QUEIROZ MACIEL**  
Ministro de Estado da Previdência Social

**GILBERTO WALLER JÚNIOR**  
Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

